

LÍNGUA, NAÇÃO E LÍNGUA NACIONAL: CONCEITOS-CHAVE NO PROJETO ROMÂNTICO NACIONALISTA DE JOSÉ DE ALENCAR

Pablo Lemos Berned

Pode haver uma nação original,
com sua cultura e literatura própria,
sem língua original?
Paul Teyssier

RESUMO[®]

Este trabalho tem por *corpus* o *pós-escrito à segunda edição de Iracema*, de José de Alencar. Publicado em 1870, esse texto aborda reflexões acerca da língua portuguesa, especialmente no que se refere às diferenças existentes entre o português europeu e o português americano. Este trabalho tem como objetivo destacar as propostas de Alencar sobre a ortografia e sobre a língua, condizente com o pensamento romântico, a fim de marcar as diferenças lingüístico-culturais existentes entre o colonizado e o colonizador. Recuperar essas idéias de um escritor marco da literatura brasileira é, portanto, estabelecer um recorte na história das idéias lingüísticas do país.

PALAVRAS-CHAVE: língua nacional, ortografia, José de Alencar.

INTRODUÇÃO

O processo de gramatização das línguas pelos europeus constituiu-se como uma mudança decisiva para as ciências da linguagem a partir do Renascimento. Inicialmente foram gramatizados os vernáculos europeus, mas, com o advento das grandes navegações, proliferou o interesse em descrever as mais diversas línguas. Se gramatizar o vernáculo significava uma recusa ao Latim, significava também instaurar uma delimitação cultural, significava definir sua alteridade. Na prática, os compêndios gramaticais serviram para o aprendizado de línguas: ensinar ao conquistado a língua do conquistador, bem como permitir ao conquistador dominar a língua do conquistado.

No Brasil, é a partir da Independência do país que se inicia um processo de busca de modelos em outros países europeus que não a antiga metrópole. Essa busca, segundo Guimarães (2004), é parte de um processo histórico de constituição do Estado e Nação brasileiros, numa reação contra a tentativa efetiva de reincorporação a Portugal.

Nessa esteira que o movimento romântico ecoou no Brasil, em meados do século XIX. Com o advento de ideais românticos em nossas Letras, a necessidade do brasileiro diferenciarse do português através da língua é posta em questão: se já houvera uma independência política de Portugal, precisava-se proclamar a independência lingüístico-cultural do Brasil frente aos colonizadores. Assim, se é com o Modernismo que haverá uma maior abertura para a linguagem brasileira espontânea e multifacetada, contraposta a uma gramática portuguesa normativa, é com o Romantismo que se refletirá inicialmente sobre a possibilidade e necessidade de uma mudança cultural a fim de alicerçar a soberania nacional.

O Romantismo foi um movimento estético que predominou na primeira metade do século XIX. Embalado pelo discurso da Revolução Francesa e pela Revolução Industrial, o indivíduo, a pátria, a natureza, a religião, o povo e o passado (cf. BOSI, 1995) recebem uma nova conotação nas produções artísticas desse período. No Brasil, na esteira da Proclamação da Independência, a literatura romântica acaba por revestir-se de um acentuado ufanismo que decorre da grande necessidade de afirmação da nacionalidade. De acordo com Guimarães (2004), "uma das características do conjunto de estudos que marcam os estudos do português no Brasil nesse momento é o trabalho de demonstrar que o português que aqui se falava e escrevia era diferente do português de Portugal" (p. 24). E, na obrigação do escritor romântico de diferenciarse do colonizador para auto-afirmarse, é que se pautará este trabalho, procurando evidenciar as noções de língua, nação e língua nacional em José de Alencar, um dos avatares da literatura romântica brasileira.

Quando da publicação da segunda edição de *Iracema*, em 1870, acompanhou-se ao romance um *pós-escrito* que respondia às severas críticas que José de Alencar recebera, principalmente, do escritor português Pinheiro Chagas. O português acusava Alencar, assim como a outros escritores brasileiros, de

falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português por meio de neologismos arrojados e injustificáveis e de insubordinações gramaticais (CHAGAS, *apud* ALENCAR p.240)

Considerando então, as proposições de Pinheiro Chagas, parte disto para discorrer acerca da defesa de seu estilo de escrita, bem como de seus contemporâneos imersos em evidenciar a *brasilidade* através da escrita. Segundo Paul Teyssier, sem jamais pretender escrever numa língua diferente do português europeu, Alencar reivindica o direito a uma certa originalidade. O que recusa é o purismo mesquinho e estéril; o que procura é uma expressão nova, autêntica e viva (TEYSSIER, 2001, p.111).

Este trabalho se deterá principalmente nas primeira e segunda parte do *pós-escrito de Iracema*. Então será proposto um recorte à parte na História das Idéias Lingüísticas no Brasil, entendida como a possibilidade de "poder acompanhar como certos conceitos, certas noções, certas categorias se constituíram e como ao permanecerem mudaram, ou ganharam contornos específicos" (GUIMARÃES, 2004). Dessa forma, resgatam-se as idéias sobre a língua de um escritor nacional, considerando-o como parte integrante da delimitação daquilo que, historicamente, é definido como a língua nacional do Brasil.

1 Gramática e Ortografia

Quando da constituição das nações européias, ao início da Idade Moderna, acompanha-se o processo de expansão dessas nações, dado, principalmente, pelas relações comerciais e religiosas. Auroux (1992) aponta que a expansão das nações acarreta uma situação de luta entre elas, traduzidas por uma concorrência institucionalizada entre línguas. Ocasional desta posição, segundo o mesmo autor, a correspondência entre *língua e nação*: os Estados, dessa forma, determinam a aprendizagem e o uso de uma língua oficial obrigatória para os cidadãos.

Fator também determinante para a gramatização dos vernáculos europeus é o advento da imprensa. Torna-se, a partir daí, necessária a padronização dessas línguas, sobretudo da ortografia, afim de uma profissionalização desta atividade por todos aqueles que trabalham em uma mesma língua.

Por gramatização, adota-se o conceito dado por Sylvain Auroux (1992), que consiste no "processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje o os pilares do

nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário" (p. 65).

A gramatização efetivada pelo europeu supunha a transcrição do vernáculo nos caracteres da língua latina. Supostamente, o locutor nativo adapta a escrita à sua percepção do som. Isso origina discussões acerca da ortografia das palavras, tendo em vista o processo de normatização e de difusão da imprensa.

Assim, compreende-se que o conceito de gramática, até meados do século XIX, ligou-se à idéia de arte de falar e escrever corretamente (GUIMARÃES, 2004). Essa noção apoiar-se-ia sobre a discussão do "bom uso" da língua, a fim de reduzir suas variações, privilegiando uma forma em detrimento de outras.

Como parte constituinte das gramáticas, encontra-se um espaço destinado à ortografia. Tradicionalmente, as gramáticas situam a Ortografia como parte dos estudos de Fonologia, cabendo a si dispor sobre a correta grafia das palavras. Assim, a Ortografia é tida como o fruto de uma convenção responsável por determinar apenas uma forma de escrita das palavras.

No Brasil, é apenas na ditadura de Getúlio Vargas que haverá a institucionalização de uma ortografia unificada, projeto decorrente de seu plano de modernização nacional (MORENO, 2003), através do *Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro* de 1943, aprovado pela Academia Brasileira de Letras. A ortografia vigente ainda é a estabelecida pelo *Acordo* de 1943, sancionada pelo Decreto-Lei nº 2.623, de 1955, e simplificado pela Lei nº 5.765, de 1971, no que concerne à acentuação gráfica (LUFT, 1990).

2 As idéias ortográficas

Antes do *Acordo Luso-Brasileiro* de 1943, que abarca os dois primeiros períodos históricos² observados por Guimarães (2004), pouco há de estudos sobre a língua portuguesa feitos no Brasil. Apenas nos anos 1880 surgirão gramáticas e dicionários ocupados em apontar as distinções do português de Portugal e o português usado no Brasil. No entanto, ainda não há uma institucionalização pelo Estado da normatização da ortografia do português do Brasil.

As idéias de José Alencar aparecem exatamente ao fim do período romântico, quando os estudos da linguagem orientam-se a distinguir o português europeu do português americano, decorrentes da busca por uma identidade nacional. E surgem no *pós-escrito à segunda edição de Iracema*, em 1870. Nesse texto, dividido em quatro partes, José de Alencar ocupa-se em responder às críticas sobre o estilo de escrita adotado em seu romance. Dentre os

principais críticos, sobreleva-se a figura de Pinheiro Chagas, escritor português, cujas críticas referem-se a neologismos e certas construções gramaticais (GUIMARÃES, 2004). No entanto, esse trabalho propõe deter-se ao que se refere à ortografia empregada no romance de 1865:

Nossas tipografias em geral não têm bons revisores; e o autor é o mais impróprio para esse árduo mister.

Inteiramente preocupado da idéia ou do estilo, pouca atenção lhe sobra para dar à parte ortográfica do livro. Além de que muitas vezes o pensamento, profundamente gravado na memória, não deixa perceber no papel as infidelidades de sua reprodução.

A incerteza que reina sobre a ortografia da língua portuguesa, achaque herdado do latim, ainda mais concorre para a incorreção dos livros. [...] (p.232)

Assim justifica-se Alencar pelos "defeitos" presentes na obra. Pois nas tipografias não haveria revisores que dominassem as regras gramaticais. Acrescenta-se ainda que o autor, por ter sua atividade de escritor como mero passatempo, não teria tempo para revisar os escritos. Não obstante, a incerteza da ortografia, evocada por Alencar, contribui para uma impossibilidade de correção dos textos. É como que houvesse a necessidade de uma institucionalização da norma, visto que existem divergentes opiniões acerca da utilização da gramática.

O primeiro ponto desenvolvido por José de Alencar refere-se à falta de uniformidade no uso das terminações *-ão* e *-am*, embora ele reconheça que há um sistema conveniente sobre o assunto. Neste propósito, Alencar cita a *Gramática Portuguesa*, de Sotero dos Reis. Este gramático critica a distinção feita às duas terminações por autores "modernos", baseada na classe de palavras: a natureza do ditongo seria a mesma, fossem verbos (*amáram*, *amaram*), fossem nomes (*quinhão*, *questão*). "Uma tal novidade só serve para dificultar a pronúncia do Português aos estrangeiros, visto como a terminação *am*, não representa efetivamente o ditongo *ão*, peculiar à língua e corrupção de *on*" (REIS, *apud* ALENCAR, 1965).

José de Alencar crê ser arbitrária a distinção entre nome e verbo, como aponta Sotero dos Reis. No entanto, aponta a contradição do gramático, visto que, antes os antigos utilizavam-se da terminação *-am* em verbos (*ham*, *seram*, *daram*).

O critério para a distinção na forma de escrever o ditongo nasal deve ser a quantidade da sílaba e não a natureza da palavra. Embora

seja o som o mesmo, a maior ou menor prolação da voz o modifica sensivelmente, tornando o nasal áspero ou brando, como se vê em *facção* e *façam*, *vazão* e *vazam*. [...]

A forma *am* presta-se melhor a exprimir o som nasal brando, além de conformar-se até certo ponto com a etimologia. As palavras de origem latina derivam aquela terminação das desinências *unt*, *ant* e outras, como *amaverunt*, *amaverant* e *orphanus*. Entretanto que a terminação longa *ão* provém do nasal *on* contração de *onis*, que geralmente predominava nessa desinência latina como *rationis*, *sermonis*, *orationis*, etc. (p.234)

Além do apelo à sensibilidade do som, José de Alencar apela à etimologia para defender seu argumento: pois busca na língua latina, origem do vernáculo, declinações correspondentes às terminações a fim de determinar qual deveria ser a norma a ser seguida. Das quatro questões sobre ortografia, encerra-se a primeira sugerindo que: se o ditongo [-ão], pela regra da gramática do português, é *longo* (permanecem ainda os parâmetros do ensino do latim no estudo do vernáculo), quando for *breve*, "cumpra tirar-lhe o caráter de ditongo para evitar anomalia e restituir-lhe o caráter de sílaba, elidindo a vogal e substituindo o til pela consoante" (*idem*)

O segundo ponto desenvolve-se pela opinião pessoal de José de Alencar acerca da grafia adequada para a preposição *a*, passível de acentuação apenas quando se funde com o artigo definido feminino, a substitui a forma arcaica *aa*. Segundo o mesmo autor, tal preposição está suscetível a ambigüidades, "confundindo duas partículas tão distintas pelo sentido e pela pronúncia, como são o artigo e a preposição" (*idem*).

José de Alencar retoma o uso dos *sinais de prosódia* usados no português, considerados não como regra, mas como exceção. Se caíra em desuso o acento grave, ainda utilizava-se os acentos agudo e circunflexo "para discriminar pela variação do som a diversa natureza e significação de palavras idênticas na forma alfabética" (*idem*). Além de evitar a ambigüidade, os sinais de prosódia prestam-se a marcar a sílaba tônica das palavras.

Quando a prolação recai sobre uma vogal aberta, usa-se o acento agudo; e quando recai sobre uma vogal fechada, usa-se do acento circunflexo. Assim escreve-se *cúmulo*, *estímulo*, *anúncio*, *férvido* e *amára* para distinguir de *cumulo*, *estimulo*, *anuncio*, *fervido* e *amará*. Mas não há necessidade de acento nas outras palavras, sejam elas graves, como *verdade*, *chama*, ou esdrúxulas, como *halito*, *profugo* e *sofrego*. (p.236)

Dados os argumentos, Alencar aponta que a regra dada pelos gramáticos acerca da preposição *à* necessita de um bom fundamento. Pois, é a fim de evitar a ambigüidade que a acentuação predomina em outros monossílabos.

Parece-me óbvio e lógico o motivo. Não só a regularidade da ortografia o requer assim, como releva notar que o fim da escritura é reproduzir o pensamento com a maior brevidade possível. Ora, por mais inteligente e erudito que seja o leitor, não pode ele do primeiro lanço conhecer a natureza especial da palavra homógrafa.

[...] Se nas pessoas esclarecidas essa operação intelectual se opera com bastante rapidez, fadiga não obstante. Quanto ao indivíduo de compreensão medíocre, pode-se bem imaginar o efeito que sobre ele exercerão semelhantes anfibologias. Ora, não formam os filólogos e gramáticos a classe mais numerosa dos leitores, para que a eles se sacrifique a clareza do discurso, por mero capricho da pedagogia. (*ibidem*)

Baseando-se nessa posição é que José de Alencar sugere o uso do acento grave na preposição *a* sempre quando estiver isolada de outra partícula. Seria procedido dessa forma mesmo quando anterior a nome masculino, verbo ou pronome pessoal. Apenas quando se fundisse com o artigo masculino – *ao* – tal sinal tornar-se-ia desnecessário. O escritor ainda recorre às outras línguas românicas – o francês, o italiano e o espanhol – para justificar a sua proposição acerca da grafia da preposição *à*.

[...] Não sei realmente o que é mais nocivo à nossa língua, se a prodigalidade daqueles que emprestam sem medida e sem critério quanta palavra de origem estranha aprendem nos botequins; se a tacanha avareza dos outros, que defendem o seu português quinhentista, aliás a adolescência, como um jardim das Hespérides onde não se pode penetrar um termo ou frase profana. (p. 238)

Dessa maneira, a grafia da preposição *à* estaria de acordo com a regularidade ortográfica da língua; ao contrário da regra arbitrária estabelecida pelos gramáticos, postas por José de Alencar como uma aberração, não teria uma justificativa condescendente. E, se houvesse a necessidade de expressar a elisão do artigo, que fosse adotado o exemplo italiano, através do uso do apóstrofo.

O penúltimo ponto posto por Alencar é quanto aos ditongos. Segundo o próprio autor, é indistinto o uso de *-eu* e *-eo* na desinência de muitas palavras portuguesas. “[...] me parece preferível, como já se tem sugerido, reservar a forma *eo* para a desinência aberta, como *chapeo*, *boleo*, *arpeo*, e a forma *eu* para a

desinência fechada, como *meu*, *perdeu*, *deus*, *ateu*, etc.” (ALENCAR, 1965). Ainda na mesma idéia, Alencar considera as terminações – “sufixos” – *io* e *iu*. Distinguir-se-iam pelo primeiro, posto como um falso ditongo (a rigor, um hiato), e o segundo, como um genuíno ditongo. Tem-se então, de um lado: *rio*, *frio*, *alvedrio*; do outro: *riu*, *feriu*.

No quarto e último ponto, aborda-se a escrita da conjunção: “Escrevo a conjunção *si* por essa forma, e não *se*, como em geral de costumam” (*idem*). Além de recuperar a etimologia da palavra, remontando ao latim, a conjunção diferenciaria-se-ia do pronome pessoal *se*. E uma possível ambigüidade devido à semelhança entre um dos casos do pronome *se* – o *si* – não se justificaria, posto que este pronome sempre se faça acompanhado de uma preposição.

3 A Língua

José de Alencar, no seu empenho em justificar os usos lingüísticos em suas obras e na de seus contemporâneos brasileiros, evoca a Gramática como uma ciência positivista:

A Gramática, ou a filosofia da palavra, é incontestavelmente uma ciência. Como todas as ciências, ela deve ter em cada raça e em cada povo um período rudimentário; ainda assim, depois de largo desenvolvimento, existirá algum ramo de conhecimentos humanos que não esteja imbuído de falsas noções e até de erros crassos? (p. 242)

Nesse raciocínio, caberia aos poetas e prosadores *corrigirem* e *limarem* a língua, aperfeiçoando-a a partir gramática saída do povo: *rude e incoerente*:

O corpo de uma língua, a sua substância material, que se compõe de sons e vozes peculiares, esta só a pode modificar a soberania do povo, que nestes assuntos legisla diretamente pelo uso. Entretanto, mesmo nesta parte física é infalível a influência dos bons escritores: eles talham e pulem o grosso dialeto do vulgo, como o escritor cinzela o rudo trôço de mármore e dele extrai o fino lavor (p. 242).

Dessa forma, a língua, tanto em materialidade quanto em significação, é determinada pelo uso social. Mas a sua sublimação enquanto expressão superior se daria através dos bons escritores, que seriam incumbidos de potencializá-la através do aprimoramento da língua corrente. Essa visão opõe-se à tradicional (já no tempo de Alencar), de que a língua literária deve vir de uma tradição elitista: pois é do meio do povo, de sua originalidade e vivacidade que o escritor deve basear-se. Ainda mais se considerar-se o ideal

romântico de valorização da cor local. Então, apontando as divergências de sua visão acerca da língua em relação à de Pinheiro Chagas, Alencar desafia-o:

O ilustrado crítico, levado pela força da verdade, reconhece "que os sábios enriquecem um idioma". Ora, como enriquecê-lo senão aumentando-lhe o cabedal, dotando-o de outros vocábulos mais expressivos e de locuções elegantes e sonoras? [...] E como podia ser de outra forma, quando o americano se acha no meio de uma natureza virgem e opulenta, sujeito a impressões novas ainda não traduzidas em outra língua, em face de magnificências para as quais não há ainda verbo humano? (p.242, 243, 244)

Como poderiam os escritores do Novo Mundo escrever com a mesma língua, com o mesmo imaginário, com as mesmas expressões que o europeu classicista? Se ainda eram valorizados e utilizados os modelos clássicos, eram em nome de um purismo insustentável em relação às novas experiências sociais, humanas e científicas provadas pelo homem oitocentista. Se há a busca de palavras que traduzam essas novas experiências, esses novos sentimentos, os novos conhecimentos, é na língua do diferente, do outro, que se pode encontrar uma nova significação.

Desde que uma palavra for introduzida na língua por iniciativa de um escritor ou pelo uso geral, entendo eu que se torna nacional como qualquer outra e sujeita-se a todas as modalidades do idioma que a adotou; portanto, pode ela, como qualquer vocabulário originário, ser empregada nos vários sentidos figurados a que se preste com propriedade e elegância.

Regra tão simples e natural não devia sofrer contestação; entretanto, é um dos maus vícios do classicismo esse de excluir de um vocábulo de língua estrangeira adotado no Português todas as acepções que não foram especialmente empregadas pelos clássicos, mutilando assim a significação da palavra. (p.249, 250)

Na visão de José de Alencar, a noção de *estrangeirismo* apaga-se. Pois, a partir do momento em que a palavra é utilizada, ela é incorporada pela língua. Diríamos hoje que essa palavra estrangeira é incorporada, quando de seu uso, pelo sistema da língua. Sistema aberto, que Alencar defende e assume em seus romances – principalmente indianistas – enriquecendo o vernáculo e apontando a diferença entre os aspectos culturais e sociais do Brasil e do Velho Mundo, através da linguagem.

4 Nação e Língua Nacional

José de Alencar releva a multiplicidade étnica e cultural dos povos que compõe a nação brasileira (embora não do mesmo modo que os modernistas irão concebê-la), ante a utilização e defesa de um purismo lingüístico do Português:

Cumprir não esquecer que o filho do novo mundo recebe as tradições das raças indígenas e vive ao contato de quase todas as raças civilizadas que aportam a suas plagas trazidas pela emigração. [...] Os operários da transformação de nossas línguas são esses representantes de tantas raças, desde a saxônia até a africana, que fazem neste solo exuberante amálgama do sangue, das tradições e das línguas. (p.244)

Portanto, além de justificável, é impreterível a busca pela língua que se fala no Brasil. Como considera o próprio Alencar,

Que a tendência, não para a formação de uma nova língua, mas para a transformação profunda do idioma de Portugal, existe no Brasil, é fato incontestável. Mas, em vez de atribuir-nos a nós escritores essa revolução filológica, devia o Sr. Pinheiro Chagas, para ser coerente com a sua teoria, buscar o germe dela e seu fomento no espírito popular, no falar do povo, esse "ignorante sublime" como lhe chamou" (p.243).

Assim, a língua nacional de José de Alencar é buscada no povo. Os empréstimos lingüísticos, os estrangeirismos, as estruturas sintáticas, os significados, ou seja, tudo que se difere da linguagem clássica defendida pelos gramáticos, filólogos e escritores ortodoxos perante a linguagem provém de uma mudança operada pelo povo. E caberia ao escritor, assim como faz Alencar, colher na língua viva e simples do cotidiano as formas para a linguagem a ser empregada na formação de uma literatura americana. "A revolução é irresistível e fatal [...]; há de ser larga e profunda, como a imensidade dos mares que separa os dois mundos a que pertencemos" (p.243).

Pois, não há a possibilidade de que em Portugal e no Brasil se sustentem as mesmas formas lingüísticas. Nesse ponto, argumenta Alencar:

Mas se esses povos vivem em continentes distintos, sob climas diferentes, não se rompem unicamente os vínculos políticos, opera-se, também, a separação nas idéias, nos sentimentos, nos costumes e, portanto, na língua, que é a expressão desses fatos morais e sociais". (p.243)

A linguagem, então, é tida como "a faculdade que o homem tem de expressar seus estados mentais através de um conjunto de sons vocais chamado língua, que é ao mesmo tempo

representativo do mundo exterior e do mundo interior", segundo Ernst Cassirer (s/d., p. 91/92). São relevantes os aspectos sociais e psíquicos dos sujeitos falantes da língua. Separados não apenas pelo oceano, mas por uma infinidade de diferenças culturais que compuseram o Brasil desde sua descoberta, a língua é mais um laço que une os dois países, embora se deva reconhecer as mudanças operadas em solo americano:

Se a transformação por que o Português está passando no Brasil importa uma decadência, como pretende o Sr. Pinheiro Chagas, ou se importa, como eu penso, uma elaboração para a sua florescência, questão é que o futuro decidirá e que eu me proponho tratar largamente na obra a que já aludi. Sempre direi que seria uma aberração de todas as leis morais que a pujante civilização brasileira, com todos os elementos de força e grandeza, não aperfeiçoasse o instrumento das idéias, a língua. (p.245)

CONCLUSÃO

Torna-se importante recuperar a história das idéias lingüísticas do Brasil, justamente em seu período de formação. É precedendo a institucionalização da norma que se tem José de Alencar, escritor brasileiro reconhecido pelos seus compatriotas, pensando sobre a língua do Brasil e questionando as proposições dos gramáticos, além de propor alternativas acerca da ortografia nacional. Pois, o que se tem, dessa forma, é o escritor pensando sobre a língua, engajado nas discussões acerca da gramatização do português brasileiro, em busca da independência lingüístico-cultural do país. É a literatura sugerindo e antecipando mudanças na língua, constituindo-se como um espaço de experimentação lingüística.

A língua nacional do Brasil, para José de Alencar, não necessita negar o Português. Mas a contribuição de outras línguas e outras culturas não deve ser desprezada. Se a lógica européia impõe uma necessidade de exigir um purismo, é muito mais no âmbito político, para continuar a exercer um domínio cultural sobre o Novo Mundo. Ao contrário, as ex-colônias necessitam afirmarem-se como nações independentes. Daí decorreria o esforço que o ideário romântico assume, em valorizar aquilo que o colonizador não tem.

E é pela discussão sobre a língua que José de Alencar é criticado; e é através da discussão sobre a língua que Alencar defende-se de escritor *incorreto* e *descuidado*. Justo ele, que preza tanto pelo estilo? Essa contradição só pôde advir do conceito de língua, nação e língua nacional, que não é, e não pode ser a mesma,

em uma ótica de colonizador contraposta a do colonizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, José de. **Iracema**: edição do centenário. Rio de Janeiro: INL, 1965.

AUROUX, Sylvain. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas SP: Unicamp, 1992. (Coleção Repertórios).

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 32ªed. São Paulo: Cultrix, 1995.

CASSIRER, Ernst. **Psicologia del lenguaje**. Buenos Aires: Paidós, s/d.

GUIMARÃES, Eduardo. **História da Semântica: sujeito, sentido e gramática no Brasil**. Campinas SP: Pontes, 2004.

LUFT, Celso Pedro [et al.]. **Novo manual de português, gramática, ortografia oficial, redação, literatura, textos e testes**. 8ª ed. São Paulo: Globo, 1990.

MORENO, Cláudio. **Guia Prático do Português Correto: ortografia**. Porto Alegre: L&PM, 2003. (Coleção L&PM Pocket).

TEYSSIER, Paul. **História da Língua Portuguesa** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

NOTAS

◊ Trabalho desenvolvido no 7º semestre do curso de Letras Português da Universidade Federal de Santa Maria, na disciplina de Visão Crítica do Português Atual, sob orientação da Profª. Dr. Verli Petri.

¹ Todas as citações ao *pós-escrito de Iracema*, de José de Alencar, referem-se à edição especial do Instituto Nacional do Livro, em comemoração ao Centenário da publicação de **Iracema**, em 1965. Dessa forma, as citações conterão, daqui por diante, apenas o número da página em que se localizam.

² Guimarães (2004) considera quatro períodos históricos sobre o ensino do português no Brasil, levando em conta fatos de ordem política e institucional em sua relação com o movimento no campo de estudos da língua portuguesa. O primeiro momento é marcado pelos acontecimentos anteriores do final do século XIX, onde se inicia o segundo momento. Nos anos 30, com a criação do curso de Letras da USP, se dá o terceiro período. Por fim, o último período, que se estende até hoje, teria seu início nos anos 60, com a implantação da Lingüística nas graduações em Letras, bem como a implantação dos cursos de pós-graduação em Lingüística no país.